

1. Ao constituir-se como movimento de intervenção cívica, o Movimento para o Aprofundamento da Democracia acolheu como princípios fundamentais : o enraizamento na realidade portuguesa, a qualidade ética da prática colectiva, o sentido de rigor e da inovação dos projectos e a determinação comum em contribuir para criar um país novo.

É em concordância com esse propósito que entendemos ser nosso dever contribuirmos para uma maior corresponsabilização democrática que nos faça trilhar caminhos diversos dos da resignação e do desalento que se vão instalando na consciência colectiva.

Fundação Cuidar o Futuro

2. A crise em que vivemos tem hoje dimensões mundiais. Não se trata de uma situação passageira mas sim de uma profunda mutação de valores, de conceitos e de instrumentos técnicos. *Trata-se de uma crise estrutural, em que todos os modelos dos modelos vigentes se lhe tem chamado. exigências politico aparecem desajustados.*

A recessão económica corresponde uma retracção das perspectivas de solidariedade que no início da década de 70 pareciam informar as relações internacionais. Ao invés das metas generosas e mobilizadoras que os Estados então se propunham, tem vindo a processar-se um novo re-arranjo das forças mundiais que acentua a divisão internacional do trabalho, aumenta o empobrecimento e a dependên-



cia dos mais pobres, impõe por todos os meios as hegemonias existentes.

O agravamento destas condições reforça aspectos da crise portuguesa reduzindo substancialmente o quadro de opções possíveis com que nos confrontamos. Daí a urgência de aproveitar totalmente os poucos graus de liberdade ainda existentes, de modo a que possamos assegurar a nossa sobrevivência económica, através das brechas do apertado sistema mundial, e encarar a nossa própria crise com novos critérios e novas perspectivas.

3. A situação que o país ^{atravessa} ~~está vivendo~~ é uma realidade complexa e grave, de que são conhecidos os indicadores mais evidentes : o aumento do custo de vida, o desequilíbrio externo, o deficit financeiro do Estado.

Para enfrentar ^a esta situação, ^{o país atravessa,} o governo vem adoptando um conjunto de medidas que se inscrevem no figurino hoje largamente seguido por países com problemas afins : contenção dos salários, redução das despesas públicas, aumento das taxas de juro, aumento dos impostos, desvalorização da moeda.

É possível que, num quadro de desenvolvimento económico e de bem-estar social geral, tais medidas possam atenuar certos efeitos imediatos e visíveis ^{gerados pela} ~~da crise, em questão~~. Tal não acontece, porém, em países como o nosso, onde a satisfação das necessidades básicas



da população se encontra ainda abaixo de níveis aceitáveis para uma vida digna e livre. Nesses casos, o reflexo das medidas curativas utilizadas vai precisamente no sentido de agravar os efeitos que mais directamente atingem a população : reduz-se o poder de compra e aumenta-se o desemprego. Dir-se-ia ^{que} a terapêutica visa a cura do paciente que seria o país, ente abstracto, à custa do agravamento dos males que atingem os cidadãos que dão consistência e corpo a esse mesmo país.

4. Na lógica das premissas económicas e políticas vigentes, este carácter paradoxal parece inevitável. Outras premissas seriam necessárias para atingir as causas e não apenas os efeitos da crise que atravessamos.

Mas mesmo sem entrar na discussão dessas premissas, parece-nos importante sublinhar que o recurso a medidas que implicam tão elevados custos humanos e sociais só é legítimo quando perspectivado no tempo em função de um horizonte claro e bem definido.

O povo português é chamado a suportar sacrifícios, em muitos casos pesados, sem que lhe seja dado conhecer o perfil do futuro que os justifica. Desconhece-se o sentido em que se pretende reestruturar e modernizar a economia ; ignora-se de que tipo é o desenvolvimento em nome do qual se justificam ^{os} sacrifícios pedidos ; deixa-se sem resposta a questão fundamental de saber se os sacrifícios que cada um suporta hoje têm alguma proporção com os benefícios que virá a colher amanhã.



Por outro lado, submetido a um programa de emergência que poupa as causas da crise, o país corre o risco de, no termo do programa, se encontrar em situação idêntica à inicial, no que respeita às raízes do mal. Voltariamos, então, a saber que a austeridade tem de continuar, ou que um novo ciclo se tem de iniciar, semelhante ao actual, porventura mais complexo e mais exigente.

Impõe-se cada vez mais

XIX
5. Este ciclo vicioso só é ultrapassável por um esforço produtivo que aproveite os recursos próprios, que combata o grave défice da produção alimentar, os acentuados desequilíbrios industriais, o subaproveitamento dos equipamentos disponíveis, a inutilização de recursos financeiros estagnados ou alimentando circuitos especulativos, um regime fiscal conivente com a fraude, a corrupção e a injustiça, a ausência de aplicação rigorosa de uma política de orientação e selecção do capital estrangeiro, a quasi inexistente busca de inovação tecnológica, o alheamento dos cidadãos de um planeamento participado, enfim, a burocratização irracional e entorpecedora da administração pública.

85 Torna-se, assim, urgente uma política económica que encare o país como um todo e não fomenta o antagonismo e a contradição entre o litoral e o interior, entre a agricultura e a industria, entre a actividade privada e a empresarial do Estado. Torna-se igualmente urgente uma política de crédito que não transfira a poupança da agricultura para a industria; a pouca riqueza do interior para o litoral; as remessas dos emigrantes para actividades especulativas.



Tão imperativo é hoje uma política global que reoriente os padrões de consumos alimentares, tendo em conta a nossa capacidade agrícola, como a que impeça o crescimento dos desperdícios de energia onde os aumentos de preços mais sentido não têm que a perpetuação do anterior.

(Não tomando a autarcia como objectivo, aliás descabido e irrealista, é fundamental desenvolver uma política de agricultura e de comercialização de bens alimentares que favoreça o aumento da produção, da qualidade, da produtividade e do emprego, que trave a delapidação do capital fundiário, e o ciclo vicioso da pauperização do agricultor e dos subsídios contraditórios e corruptores.)

Simultaneamente, a estratégia da energia não pode reduzir-se à visão sectorial que fomenta o desperdício para formular modelos de sociedade e de desenvolvimento que se não discutem nem assumem a pretexto da sua tecnicidade. Um Plano Energético Nacional tem de inserir-se numa estratégia global de desenvolvimento que promova as potencialidades dos nossos recursos naturais, técnicos e humanos, que adeque as formas de energia aos seus usos, e não acentue os já graves desequilíbrios regionais e a dependência externa.

O aumento dos preços dos combustíveis e da energia eléctrica, afectando de modo profundamente desigual as actividades económicas e os cidadãos (por força dos mecanismos de transferência forçada de recursos implícito nas estruturas tarifárias e de preços) agravará, sem corrigir, as distorções estruturais que vêm de décadas



passadas. Uma política energética desligada de uma política industrial, de uma política de bens alimentares e de uma política de transportes, transforma-se numa finalidade em si mesma e deixa de estar ao serviço do cidadão para forçar o cidadão a servi-la. É também este ciclo vicioso que é necessário quebrar.

Fundação Cuidar o Futuro

